

PAINEL 1 – ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

6º Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário e Ranking da Transparência

A Senhora Fabiana Gomes (Diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ): Boa tarde a todos e a todas! Antes dos cumprimentos, vou fazer uma breve autodescrição. Sou morena; meus cabelos são castanho-escuros, abaixo do ombro; meus olhos também são castanho-escuros; estou com blazer preto, uma blusa por dentro preta com detalhes cobre; e eu uso batom escuro, quase vermelho.

Cumprimento inicialmente a Ketlin, que orchestra divinamente este evento, que já está chegando à nona edição, ano que vem vamos para a décima. Evento esse tão importante não só para o Poder Judiciário mas também para todas as organizações públicas, as instituições, as ONGs e para a academia. Isso enriquece substancialmente os serviços, especialmente o serviço público.

Cumprimento o Mário – é a primeira vez que estamos fazendo um painel juntos – e a minha querida amiga e parceira Gabriela, colega do CNJ, exemplar diretora do Departamento de Pesquisas Judiciais.

Agradeço demais o convite, porque é muito importante falarmos de mecanismos que soam como metas. De fato, acaba que o *ranking* é um grande instrumento que vem impulsionando a transparência do Poder Judiciário.

Vou pedir permissão para compartilhar uma breve apresentação. Sei que o mais esperado é o balanço da sustentabilidade

e seus dados. Vou fazer uma breve contextualização de como surgiu o *ranking* da transparência.

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 215, dispôs sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação – LAI no âmbito do Poder Judiciário. Essa resolução, de 2015, veio também tratar um pouco de como os órgãos deveriam observar a organização e a transparência dos seus dados.

Em 2018, a Resolução n. 215 sofreu uma alteração, por meio da Resolução n. 260, que instituiu o *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário. Adianto que de lá para cá temos visto um lindo caminhar dos órgãos em busca da padronização das suas informações, na divulgação dos seus resultados, que é de fato o que importa para o cidadão, o nosso cliente.

A primeira edição do *ranking* se deu em 2018. Iniciamos com 152 itens avaliativos de cumprimento, e de lá para cá o Conselho Nacional de Justiça vem aperfeiçoando esse instrumento. Digo que se trata de um trabalho colaborativo porque internamente são diversas as unidades técnicas que analisam os dados que são enviados. Consequentemente, toda a organização de como vai ser o *ranking* de cada ano é feita de forma colaborativa. A coordenação se dá pelo Departamento de Gestão Estratégica – departamento que hoje coordeno. E a validação do resultado se dá por meio da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Infraestrutura, que é hoje coordenada pelo Conselheiro Ministro do TST Luiz Vieira Filho.

Na segunda edição, em 2019, tivemos 136 itens avaliativos. Vejam que fomos aperfeiçoando e verificando qual era a prioridade, o que precisaria de fato ser observado pelos órgãos.

Em 2019, na segunda edição, houve a inclusão do Prêmio CNJ de Qualidade, coordenado pelo DPJ, que é um dos prêmios principais hoje observados pelos órgãos do Poder Judiciário e que é outro mecanismo de suma importância para a melhoria dos serviços, dos processos de trabalho dos órgãos.

Na terceira edição, passamos de 136 itens a observar para 85. Percebiam que vamos afinando para prioridades. Nessa terceira edição, em 2020, foram atribuídos pesos aos itens a serem avaliados. Todos valiam um ponto até então. A partir dessa edição, foram priorizados os itens que tinham mais relevância, aqueles para os quais os órgãos precisavam de um impulso maior para observar. As atividades foram colocadas, então, com peso.

Todo o trabalho, reafirmo, é feito de forma muito colaborativa. Realizamos muitas discussões internas com as unidades técnicas, o DGE, e submetemos os resultados à Comissão Permanente para que os conselheiros possam analisá-los.

A quarta edição, realizada ano passado, apresentou um resultado impactante: foi a primeira vez que um órgão atingiu 100% dos itens que deveriam ser observados. Isso é de grande importância porque mostra que o mecanismo está funcionando, que os órgãos estão atentos, estão correndo atrás. E isso é muito interessante.

Diminuímos dois itens, o número de itens avaliativos foi para 83, e a avaliação continuou com peso.

Na quinta edição – nós estamos na fase de análise dos recursos –, de 2022, foram 84 itens – foi incluído um item, o de licitação, nessa edição. A grande novidade dessa edição é que a premiação vai ocorrer por meio de categorias. As categorias são por ramo da Justiça.

Observamos ao longo dessas edições que alguns segmentos da Justiça, por terem uma estrutura muito bem organizada, padronizada, sempre estavam em primeiro lugar. Então, observamos que há alguns itens que não valem para todos os ramos da Justiça. Para ter um equilíbrio, fizemos a premiação por categoria.

Vamos explicar um pouco como funcionam das etapas.

Na primeira edição, observamos a Resolução n. 260. Na segunda, foi já por meio de portarias. A partir de então, todo ano é publicada uma portaria do *ranking* da transparência com os critérios que serão observados, com todo o rito e os procedimentos que serão analisados. Daí é enviado um *link*, que é um questionário eletrônico que todos os órgãos devem responder. Agradecemos a todos os órgãos. Todos têm participado ativamente do ranking. Isso é muito positivo, não fica ninguém de fora.

Depois que cada órgão coloca os seus *links* de acesso às informações, há uma análise técnica. Dentro do Conselho, esses itens, que esse ano foram 85, são distribuídos entre as unidades técnicas por pertinência temática, pelas atribuições das suas áreas. Por exemplo, o Departamento de Tecnologia da Informação analisa o espelho, a Auditoria analisa os itens que são pertinentes a ela, o Departamento de Ações Estratégicas também. Disponibilizamos, após a validação da Comissão Permanente, o resultado preliminar.

Esse resultado preliminar dá a possibilidade de os órgãos verificarem se houve algum tipo de erro, de inconsistência, e aí vem a fase dos recursos. A fase de recursos tem a duração de cinco dias – estamos no momento de análise dos recursos inclusive. Acessamos os recursos por meio de análise eletrônica, distribuimos novamente para

aquelas áreas que fizeram a análise inicial, e elas devolvem para o Departamento de Gestão Estratégica consolidar o resultado final.

O resultado final é validado novamente pela Comissão Permanente, com os três conselheiros que hoje compõem a comissão. Então é feita a premiação, que em geral tem ocorrido na segunda reunião preparatória, em agosto.

Dos critérios. São dez eixos temáticos dentro do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário, como gestão, licitação, gestão orçamentária e gestão de pessoas.

Trouxe alguns exemplos, são 84, 85 este ano. Levantamento de dados estatísticos, os calendários das sessões colegiadas são publicados, a carta de serviços ao cidadão, a relação dos contratados com o respectivo valor dos últimos três anos que foram pagos, as informações relativas aos procedimentos licitatórios desde a publicação do projeto básico até o processo de contrato. Tudo isso disponibilizado para o cidadão, para qualquer usuário que acesse o portal do órgão.

Aqui, fazendo um *link* com o tema da sustentabilidade, temos o eixo da sustentabilidade e acessibilidade.

Os temas da sustentabilidade são três: publicação do PLS do portal do órgão, publicação dos planos de ações do PLS e publicação dos relatórios anuais de desempenho. Esses três itens já vêm, ao longo dessas edições, sendo observados pelos órgãos.

Eu queria fazer uma análise do que já vimos este ano, dando alguns recados. A importância de atualizar os planos de logística sustentáveis. Percebemos que alguns estão desatualizados nos portais e com isso temos alguns PLSs que são de 2015 a 2020. Temos planos e metas, acaba que não é um plano, não é um indicador, não tem dados

ali para observar. Isso tudo deste ano, estamos com o resultado preliminar no ar, mas eu estou dando essas informações.

Incentivamos muito a publicação dos planos de ações por meio do *ranking*, uma vez que é possível até que os outros órgãos olhem, compartilhem; como a Ketlin colocou, boas práticas são sempre boas para compartilhar.

A localização dos dados. O que observamos? Temos todas as informações do *ranking* no portal, em Transparência e Prestação de Contas, *ranking* da transparência.

Antes desta breve exposição, observo que percebemos uma evolução muito grande da disponibilização dos dados por conta do *ranking* da transparência. Desde o ano passado, há mais de 55 órgãos cumprindo 90% ou mais dos itens que devem ser observados. Isso é bem interessante, muito importante, porque percebemos que os dados dos órgãos, seus resultados, estão sendo publicados de forma adequada, com linguagem fácil, padronizada. É isso que eu queria colocar.

Agradeço mais uma vez e fico à disposição, porque o mais legal são as perguntas.